



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0008211-25.2013.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia**
Requerente: **Andre Giatti**
Requerido: **Claro Sa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido aparelho telefônico para melhorar sua atividade laborativa, realizando a mudança do microchip que possuía para um nanochip compatível com o novo aparelho.

Alegou ainda que nessa alteração o número de sua linha telefônica foi alterado, razão pela qual pleiteou o seu restabelecimento.

A ré em contestação limitou-se a assentar que não houve falha na prestação de seus serviços e que apenas cumpriu o que foi solicitado pelo autor quando da contratação aludida.

O quadro delineado revela que a pretensão deduzida prospera.

Com efeito, não é crível que o autor quando do ajuste em apreço postulasse – ou sequer anuísse – a alteração do número de sua linha telefônica.

Mesmo que o novo aparelho não fosse utilizado em sua atividade laborativa (hipótese em que a mudança seria verdadeiramente inconcebível), essa conduta não seria própria de qualquer pessoa mediana porque se deseja em regra a conservação dos dados armazenados quando se troca um telefone celular.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Incumbia à ré a demonstração segura em sentido contrário, mas ela nada produziu a esse respeito.

Não se pode olvidar, ademais, que o novo número disponibilizado ao autor tinha o código de discagem “21”, circunstância que torna muito mais inverossímil que ele tivesse tido a iniciativa para sua adoção.

Em suma, os fatos alegados pelo autor são plenamente razoáveis e a ré, em contrapartida, não coligiu sequer indícios que lastreassem sua explicação.

O acolhimento do pedido formulado é, portanto, medida que se impõe, cumprindo ressaltar que o relato de fl. 02 não encerra a condenação da ré ao pagamento de quantia em dinheiro para ressarcimento de danos materiais e/ou morais porventura havidos.

Aliás, por tal razão os pleitos no particular apresentados em réplica não podem ser examinados.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a providenciar no prazo máximo de três dias a alteração do chip do aparelho celular do autor, transferindo para o novo aparelho pelo mesmo adquirido o número que anteriormente possuía (16-9199-7515) em vez do número que lhe foi disponibilizado (21-7618-8630).

Torno definitiva a decisão de fl. 04, inclusive quanto ao valor da multa em caso de eventual descumprimento da decisão.

Transitada em julgado, aguarde-se manifestação do autor quanto à necessidade de promoção do cumprimento da presente, considerando os termos da decisão de fl. 04.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 05 de novembro de 2013.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA